

PERSPECTIVAS DE UM CAMPO DE PESQUISA TRAVESTI-TRANSEXUAL- TRANSGÊNERO OU TRANSVESTIGENERE

PERSPECTIVES FROM A TRAVESTI-TRANSEXUAL-TRANSGENERO OR TRANSVESTIGENERE RESEARCH FIELD

Fernando Guimarães Oliveira da Silva¹

Resumo: Proponho um ensaio no campo da filosofia da educação que busca pensar sobre as produções das intelectuais transfemininas no campo científico. Entendendo a dinâmica das contribuições que tais intelectuais trazem para diferentes usos epistemológicos da ciência vinculados aos lugares de representatividade que atuam, a compreensão do lugar de fala das experiências vividas por essas intelectuais demonstra a resistência que fazem ao emprego de estratégias biopolíticas de gerenciamento de suas vidas para as políticas de morte. Abordo esse estudo sob o enfoque dos estudos pós-críticos em educação adocicado com os estudos decoloniais para entender a produção científica desses corpos, tentando contribuir para a genealogia dos estudos travesti-transsexual-transgênero ou transvestigenero no Brasil.

Palavras-chave: Educação; Filosofia da Educação; Decolonialidade; Travestilidades.

Abstract: I propose an essay in the field of philosophy of education that seeks to think about the productions of transfeminine intellectuals in the scientific field. Understanding the dynamics of the contributions that such intellectuals bring to different epistemological uses of science linked to the places of representation that they act, the understanding of the place of speech of the experiences lived by these intellectuals demonstrates the resistance they make to the use of biopolitical strategies for managing their lives. for death policies. I approach this study from the perspective of post-critical studies in education sweetened with decolonial studies to understand the scientific production of these bodies, trying to contribute to the genealogy of transvestite-transsexual-transgender or transvestigenero studies in Brazil.

Keywords: Education; Philosophy of Education; Decoloniality; transvestites

INTRODUÇÃO

Apresento para quem se interessar os primeiros apontamentos de um projeto de pesquisa institucional intitulado, **A necropolítica educacional a partir de itinerários formativos de projetados por travestis, transexuais e transgêneros trabalhadoras sexuais e/ou putas em Jardim/MS (2021-2023)**, em andamento, desenvolvimento junto ao Núcleo de estudos e pesquisas em abordagens interseccionais antirracistas nas educações (NEAIAEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

¹ Doutor em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do programa de pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, Paranaíba). Coordena o Núcleo de educação antirracista (NEAIAedu).

Eu não sou transexual, travesti ou transgênero. A minha criatividade existencial não está circunscrita no mesmo terreno que esses corpos. Me entendo uma bicha não branca, professora-pesquisadora sul-mato-grossense, invasora de ambientes educacionais formatados à cisheteronormatividade e que realiza pesquisas sobre as disrupções que vidas precarizadas fazem no cenário das moralidades e das normas. Você, leitor/a, pode estar se perguntando o porquê faço essa caracterização logo no início do texto. Mas explicarei! O meu objetivo com esse manuscrito é demarcar sobre quem eu pretendo falar, usando para isso inscrições discursivas de corpos transfemininas para entender as ocupações que elas fazem no campo da ciência.

De forma alguma quero ser porta-voz. Mas sim, movimentar um debate que acredito ser atualíssimo que é a entrada de corpos travestis-transexuais-transgêneros ou transvestigeneres no contexto da produção acadêmico-científica. Busco entender esse campo científico a partir de memórias de amigas trans e, em outros casos, algumas interlocutoras e protagonistas de movimento sociais com as quais tive a oportunidade de compartilhar um diálogo. Vi muitas delas não se imaginar dentro de espaços científicos por terem incorporado das relações sociais que seus corpos não prestam para estar em locais formatados às regras e normas sociais.

Mas a disrupção está em trânsito.

Usar de diferentes percepções travestis-transexuais-transgêneros ou transvestigeneres para entender as produções que elas fazem no campo científico é uma forma de acreditar que estar no ambiente acadêmico e universitário representa uma das armas que esses corpos arranjaram frente à luta pelo direito de existir, de ser diferente e de propor outras imagens de desterritorialização da cisheteronormatividade como requisito essencial para se existir.

Metodologicamente, concordo com Dagmar Meyer e Marluce Paraíso (2014) quando as autoras dizem que toda metodologia de pesquisa é sempre pedagógica, porque se trata de uma condução. Tais autoras adjetivam as suas pesquisas como pós-críticas, porque não referem a um método de pesquisa usual como tradicionalmente foi proposto para o fazer pesquisa. Aquele atribuído pelo sentido moderno de método, mas Meyer e Paraíso (2014) adotam a liberdade como um requisito para elaboração de estratégias de abordagem e metodologias de pesquisas. É interessante destacar as palavras usadas pelas autoras para caracterizar os movimentos que fazem ao produzir pesquisas na área da educação: para lá e para cá; de um lado para o outro; dos lados para o centro; fazendo contornos; fazendo curvas;

afastamentos; aproximações; ziguezaguear; espaço entre; multiplicidades e outros termos não endurecidos (MEYER; PARAÍSO, 2014).

Na concepção das metodologias de pesquisas propostas por Meyer e Paraíso (2014, p. 19), o protagonismo dos/das pesquisadores/as em pautas de lutas sociais encontra-se incorporadas na elaboração de estratégias de coleta e análise dos dados, desvencilhando de ritualidades, enrijecimentos, essencialidades: [...] porque não queremos ficar de fora da busca por inventar outras práticas e participar de outras relações sociais, educacionais, políticas e sociais”. As autoras citam uma série de perspectivas sobre as teorias pós-críticas em educação: Multiculturalismo, pensamento da diferença, estudos culturais e raciais e estudos *queer* e outros, que podem ser caracterizadas por produzir o que conhecemos por teorias, abordagens ou pesquisas pós-críticas em educação (MEYER; PARAÍSO, 2014).

Como técnica de coleta dados, utilizarei dos recursos da pesquisa bibliográfica com o recurso da revisão sistemática de literatura. Neusa de Macedo (1995) entende que a pesquisa bibliográfica tem conceitos restritos e amplo; no primeiro caso, é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa e no segundo caso, a autora entende que é um planejamento global-inicial de qualquer trabalho de pesquisa.

Com a ajuda de Macedo (1995) estruturei este texto: 1) abordar a concepção de epistemologia, conhecimento científico e ciência e 2) discorrer sobre a produção científica trans de forma descritiva, analítica e contextualizada de acordo com a área.

SABERES, CIÊNCIA E PESQUISA

Boaventura Santos (1989) caracterizou como parte do paradigma emergente de ciência a afirmativa de que todo conhecimento científico visa constituir-se de senso comum. Para Santos (1989, p. 56), a ciência moderna construiu-se contra o senso comum e assinala que no período mais recente que o pesquisador caracterizou como pós-moderno: “A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo”. O autor justifica que é no diálogo entre o conhecimento místico do senso comum e o pensamento científico que se pode criar diálogos com o objetivo de conseguir alcançar uma possível libertação.

Santos (1989) ressalta que no processo de construção do pensamento científico no momento em que vivemos precisa realizar um processo de ruptura epistemológica com a ciência moderna. Assim o autor caracteriza que:

Na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum. O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum (SANTOS, 1989, p. 57).

Santos (1989) caracterizou um processo que denominou de fase de transição que pode não ser perceptível em razão do momento, mas que será possível acontecer. Ao ver que no âmbito das ciências humanas, nossos processos de construção social enquanto sujeitos fazem parte do processo de construção do conhecimento científico e de nossas pesquisas, alcançamos a sensocomunicação proposta por Santos (1989). Reconhecendo que outros processos de transição podem estar vigentes, eclodindo, surgindo, rasgando situações/sujeitos/locais em diferentes locais. Pontuo isso, porque o campo da intelectualidade travesti-transsexual-transgênero demarca inscrições existenciais como um processo permanente de busca por fazerem-se sujeitas com corpos diferentes da cisheteronormatividade.

Michel Foucault (1996) recusou a insígnia de estruturalista conforme os escritos filosóficos propuseram a caracterização de suas pesquisas. Segundo o autor, ele não faz pesquisas sobre estrutura, mas utilizaria do jogo de palavras para dizer que pesquisa sobre as dinastias: “[...] procuramos fazer aparecer o que na história de nossa cultura permaneceu até agora escondido, mais oculto, mais profundamente investido; as relações de poder” (FOUCAULT, 1996, p. 30).

Na concepção de Foucault (1972), em sua obra **A palavra e as coisas**, a episteme é o lugar onde os saberes são inventados e constituídos possíveis, sendo que a linguagem possui o poder de atividade científica. Nos estudos desse autor é notório observar que há um deslocamento dos estudos do sujeito para o discurso, sendo a partir da conceituação do funcionamento dos discursos que o autor se dispõe a entender o jogo de verdades que constitui os processos de subjetivação das pessoas. Ele entende que a linguagem não é uniforme em que as coisas viriam a refletir-se como um espelho, mas opaca e misteriosa.

Em a **Arqueologia do saber**, Foucault (1972) atua com o conceito de acontecimento para entender a história das ideias, da ciência, da filosofia e do pensamento. Foucault (1972) questiona a linearidade dos acontecimentos históricos que deram condições de que os historiadores pudessem segundo fontes tradicionais e velhas de análise da realidade traçar atos epistemológicos. Mas, o autor diz que um acontecimento pode ter muitas formas outras de ser contado.

O que por muito tempo foi possível sequenciar, encadear e construir linearidade para universalizar, Foucault (1972) diz que se substituiu por critérios de relações, periodicização, descrição. Baseando-se nos estudos de Canguilhem, o autor destaca que os acontecimentos e suas consequências não se distribuem da mesma forma:

[...] assim, uma descoberta, o remanejamento de um método, a obra de um intelectual - e também seus fracassos - não têm a mesma incidência e não podem ser descritos da mesma forma em um e em outro nível, onde a história contada não é a mesma (FOUCAULT, 1972, p. 5).

Muito me provoca a leitura que o autor faz dessa compreensão da história, porque ele entende que a história pode ser contada de várias formas, mas sempre usando de elementos discursivos de onde o nosso corpo se inscreve no jogo das relações de poder. A noção de acontecimento, nesse caso, envolve entender que ele produz significado sobre os corpos e aquilo que se é autorizado dizer em um determinado contexto:

[...] certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material.

Um acontecimento segundo Foucault (1972) é permeado de assujeitamento e resistência, considerando as relações existentes na dinâmica dos jogos de poder e das relações de força. O uso da arqueologia do saber nos apontamentos teóricos de Foucault (1972) visa submeter os discursos aos regimes de verdades instituídos para encontrar uma irrupção de acontecimentos. Esse exercício propicia compreender a teia da formação discursiva em que os enunciados ora apagam ora expressam os estatutos de verdade acerca de um assunto, encontrando o ponto onde há regularidade discursiva sobre o tema a ser investigado.

O que há de interessante realizar pesquisas nos formatos da arqueologia é que podemos confrontar os regimes de verdade, verter sobre as redes de saberes e práticas além de construir um arcabouço teórico capaz de caracterizar as condições de produção de um discurso. O trabalho científico do arqueólogo é o de buscar conexões entre os elementos que caracterizam um enfoque de pesquisa, mostrando por meio de exemplos precisos que “[...] analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva” (FOUCAULT, 1972, p. 56). Propõe o autor que o horizonte dos acontecimentos discursivos nos possibilita acessar as unidades que se forma sobre um enunciado.

Eleger um domínio para se analisar o discurso frente o conjunto de todos os enunciados efetivos que podem ser falados ou escritos. No caso deste texto, o domínio refere-se à ideia de cientificizar as perceptivas do que provisoriamente tratarei como campo de intelectualidade trans, prevendo acessar diferentes construções científicas por elas abordadas para assegurar a existência de um campo do conhecimento ou, ao menos, a inauguração de postulados e premissas que garante dizer que há possibilidade de definição. Parto, para isso, da mesma ação realizada por Foucault (1972, p. 29) quando o autor diz que toma como ponto de partida unidades discursivas inteiramente formadas para entender como se organizam:

com que direito podem reivindicar um domínio que as especifique no espaço e uma continuidade que as individualize no tempo; segundo que leis elas se formam; sobre o pano de fundo de que acontecimentos discursivos elas se recortam; e se, finalmente, não são, em sua individualidade aceita e quase institucional, o efeito de superfície de unidades mais consistentes.

O desfazimento de discursos no jogo das relações de poder importa, segundo Foucault (1972) para que possamos: recompor a legitimidade; reconstituir outros; recoloca-los em um espaço mais geral; dissipar a sua familiaridade. Isso pode nos permitir entender o seu esforço de teorização. Reconheço tal como pontua Foucault (1972) que a eleição de um domínio do discurso para encontrar a sua cientificidade não é algo definitivo e absoluto, mas compõe-se de rachaduras por se valer de breves aproximações. Pode representar, inclusive, o que pretendo com este texto.

Gilles Deleuze (2005), em sua obra **Foucault**, constrói uma leitura interessante em torno do método arqueológico. Quem usa esse recurso, segundo o autor, se ocupa dos enunciados. O método arqueológico para Deleuze (2005, p. 29) possui rigorosidade e estrutura-se no enunciado com o objetivo de colher sentidos lançados pelas pessoas,

entendendo que os enunciados não são palavras, frases ou proposições: “[...] mas formações que apenas se destacam de seus corpus quando os sujeitos das frases, os objetos da proposição, os significados das palavras *mudam de natureza*, tomando lugar no “diz-se” [...]”.

Marcos Torres, Rubens Modesto e Thaynara Menezes (2020) analisam experiências trans para debaterem duas questões: os processos de formação inicial de professores/as e caracterizar como o discurso transfóbico impede a produção de inteligibilidade de formas de existências para além do enquadramento no interior da cisheteronormatividade. Segundo Torres, Modesto e Menezes (2020), a possibilidade de se realizar um processo de ruptura ocorre quando os processos educacionais passam a acolher a autodefinição que as pessoas trans fazem de si, sendo para que isso ocorra, os/as professores/as terão que deixar suas concepções predominantes e essencialistas em torno do gênero e da sexualidade suspensas e sempre aberta para acolher outras formas de se nomear.

Vejamos no próximo tópico, o que é produzido por pessoas travestis-transsexuais-transgêneros a partir da forma como essas pesquisadoras se localizam em diferentes campos do pensamento científico.

INTELECTUALIDADE TRAVESTI-TRANSEXUAL-TRANSGÊNERO

Megg de Oliveira publicou em sua rede social, *Facebook*, dia 08 de julho de 2021, uma imagem provocativa ao meu ver e que pode servir para disparar o que pretendo ao propor a despeito de olhares para a eclosão de um possível campo de intelectualidade travesti-transsexual-transgênero ou transvestigenero. Refiro-me a uma imagem de Keila Simpson, que se caracteriza como PresidenTRA da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), em que ela diz: “Qualquer travesti que supere os 35 anos está se vingando do Sistema: Nossa vingança é envelhecer”.

É muito reflexiva a frase de Keila Simpson e me levou a pensar que o fato de corpos travestis-transsexuais-transgêneros existirem e aparecer nos espaços sociais não significa que eles são reconhecidos como possíveis. O estardalhaço que esse pessoal está fazendo não está errado quando faz cobranças radicais em diferentes demandas onde suas solicitações foram/são negadas e apagadas.

Para pensar a intelectualidade travesti-transsexual-transgênero, parto do registro de uma crítica politicamente engajada pela estudiosa do assunto, a Dayana dos Santos (2017). Em sua tese de doutorado, **Docência trans: entre a decência e a abjeção**, ela usa narrativas de

docências trans para confirmar que existem disputas no contexto da definição das expressões do gênero, principalmente quando se discute quem são as travestis, as transexuais e as transgêneros.

Santos (2017) diz que muitas narrativas seguem em disputa pelo poder de nomeação e muitas delas se conflituam com a autoidentificação que essas pessoas fazem de si e na interlocução com a coletividade, é o que trata sobre as travestis:

Uma das questões mais polêmicas está relacionada à tentativa de se unificar todas estas performatividades de gênero por um único termo – trans. O argumento acionado, na maioria das vezes, tanto nos movimentos sociais quanto na academia pelas pessoas que se reivindicam transexuais, é fundamentado pela marca negativa que o termo travesti carrega. Além disso, algumas lideranças transexuais afirmam também que o uso do termo travesti pode confundir as experiências, uma vez que consideram este termo ligado à situação de se travestir eventualmente, com elementos e acessórios do gênero oposto (SANTOS, 2017, p. 130).

Diante da compreensão de Santos (2017), acredito indispensável que o campo da pesquisa em diferentes áreas deva dar à pessoa o poder de dizer sobre si. Trata-se de um exercício de ética em pesquisa, onde você transfere à protagonista de sua pesquisa a autoria de se caracterizar, evitando um uso científico tradicionaisco em que o campo do conhecimento científico decide e enquadra as pessoas a partir dos universos de referência de suas decisões.

Santos (2017) defende que travestis, transexuais e transgêneros possuem reivindicações diversificadas, e destacou ser um erro epistemológico enquadrá-las no mesmo agrupamento identitário, amparo-me nessa justificativa para apontar o porquê tratei de forma horizontalizada os três termos separados por um hífen.

É uma prática em pesquisa em que o acolhimento se faz presente nas relações entre pesquisador/a/e e participante da pesquisa, dando condições de lugar de fala para que a pessoa tenha o poder de se localizar no contexto dessas nomeações experiências-existenciais. O objetivo aqui no texto não é realizar uma discussão científica sobre o uso do termo travesti, transexual e transgênero, mas o de identificar as possíveis indicações contrárias a um uso seguro e qualificado nas áreas de pesquisas em ciências humanas e sociais aplicadas a partir da intelectualidade produzidas por pesquisadoras que protagonizam o que passageiramente aceito indicar como o campo de intelectualidade dos estudos travestis-transexuais-transgêneros ou transvestigenero.

Três textos me fazem pensar sobre possíveis articulações teóricas com a produção científica no campo dessa seara. Dentre as suas autorias, estão: a dissertação de Letícia Lanz (2014), a tese de Megg de Oliveira (2017) e o texto publicado em periódico científico de autoria de três intelectuais: Megg de Oliveira, Sara York e Bruna Benevides (2020).

Letícia Lanz (2014), em sua dissertação de mestrado em Sociologia, **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**, enfatiza que, mesmo existindo uma vasta dimensão de pesquisas em diferentes áreas que abordam travestis, transexuais, *cross dressers e drag queens*, a questão transgênero ainda é rasa nos estudos transbrasileiros.

Em prólogo ao seu estudo, Lanz (2014) narra as experiências de gênero vividas em seus 62 anos. É interessante observar a sua história, considerando que ela nos permite compreender que não há nada distante ou estranho ao que é verdadeiramente a experiência humana nesse mundo. Ela nos conta a sua experiência de anos trancafiada e acuada no armário, reprimindo-se para viver seguramente num mundo cisgênero, hetero-utópico, cisheteropatriarcal e, por que não dizer, machista.

Lanz (2014) manifesta uma experiência existencial de confinamento quando não podia se expressar feminina. Por muito tempo acreditou ser “viado”, uma identidade sexual pejorativa atribuída a homens que expressavam conteúdo subjetivo-corpóreo feminino. Intensamente, Lanz (2014) afirma que demorou muito tempo para se ver uma pessoa transgressora da categoria homem e da categoria mulher, cujo nome não tinha sequer definições exatas. É notória, em seu prólogo, a busca por palavras que metaforizam a transgeneridade como um território que é impossível utilizar sentidos fixos.

Lanz (2014) enfatiza que a navegação por esse mar enunciativo é acidentada e cheia de surpresas, onde é perigoso se iludir com o que se manifesta na superfície. Nas palavras da pesquisadora, é um perigo se iludir ou se aventurar em tantas explicações velhas mesmo superadas as

[...] referências cartográficas dão-lhes a garantia de uma navegação tranquila e segura pela acidentada costa transgênera, ainda que para isso tenham que se manter estritamente dentro dos desgastados cânones discursivos dessas antigas e consagradas rotas de navegação (LANZ, 2014, p. 13).

Lanz destaca ainda que o território da orientação sexual acaba se entrecruzando com o território da reivindicação pela identidade de gênero, e por essa razão o seu estudo se propõe a

desconstruir cartografias transgêneras enquanto cartografias localizadas nos campos do submundo social. Para promover tal desconstrução, a autora usa o seu lugar de fala, dispõe-se a se desvencilhar de regiões “[...] que ainda se mantém praticamente oculta sob a espessa névoa do mito, do preconceito, da hipocrisia moral, do cissexismo, da crença sem fundamento e da pura e simples ignorância” (LANZ, 2014, p. 14).

Sara York, Megg de Oliveira e Bruna Benevides (2020) escreveram, **Manifestações textuais (insubmissas) travesti**. Em muitos eventos que elas participam, as autoras narram que tiveram que mudar o uso do termo “manifesto travesti” por uma questão de tradição academicista. Podemos dizer, enquadramento cisheteronormativo, dado que as autoras demonstram as limitações que o campo da cientificidade tem de acolhê-las, sobretudo porque a demanda desse espaço é de moldes eurocêntricos e colonizadores.

Antes de adentrar ao que elas trazem como parte de um manifesto, as autoras usam de elementos históricos para traçar de onde veem e para onde pretendem ir:

Exotificadas, demonizadas, hiperssexualizadas, patologizadas, abusadas, banalizadas e úteis a muitos campos quando convém. Mas sempre donas de si. Donas de nossas não cisgeneridades, donas de nossos corpos a ponto de fazermos o que quisermos com eles. Inclusive, pedir a responsabilização de nossos alagoes de vida e de morte. Se nós, travestis, fazemos o que quisermos com nossos corpos para afirmar quem somos, não duvidem do que somos capazes de fazer para chegar onde queremos. Largaram nossas mãos, apagaram nossa história, retiraram nossos nomes, identidade e direitos. Negaram nossa humanidade. Mesmo assim, nós fizemos aquilo que a sociedade deseja e rejeita, pois reivindicamos uma liberdade, de ser e existir, de desafiar os limites do corpo e da sexualidade que escapa ao controle, denunciando a opressão colocada sobre aqueles que se curvam diante da cisgeneridade compulsória sem contestá-la (YORK, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020, p. 8).

O excerto extraído do manifesto das autoras explicita como foram/são demarcadas as existências travestis-transexuais-transgênero no cenário brasileiro. Ao adentrar o ambiente universitário, essas existências causam estranheza, porque se acredita que o lugar delas não sejam no ambiente universitário, na educação básica e de outras instituições cis-hetero-governadas como elas bem pontuam. Uma série de instrumentos de regulação, controle e técnicas de inferioridade e expulsão são criadas para dar manutenção a exclusão de seus corpos.

No âmbito da língua, ocorre a modalização de certos termos para reduzir o impacto que eles podem gerar no cânone da pesquisa. O fato de dizer tão tranquilamente termos como

travesti por exemplo, tem potencial discursivo que pode gerar problemas para as pesquisas que se encontram enlacradas de moralidades. Mas é preciso provocar a partir de lugares de fala. York, Oliveira e Benevides (2020) apontam que a marca repulsiva da cis-hetero-governamentabilidade das identidades de gênero e sexo no Brasil, emerge a partir de estudos que caracterizam as travestis a partir de nomeações e substantivos masculinos, empurrando compulsoriamente tais corpos para o não lugar.

A proposta de um manifesto travesti nos termos de York, Oliveira e Benevides (2020) é de pensar em um futuro travesti marcado por caminhos transativistas e transfeministas. Dentre os apontamentos-deslocamentos produzidos por essas autoras acerca do manifesto-travesti há a não hierarquização das identidades. Assim destacam:

Não hierarquize nossas identidades (todas são formas de acesso às políticas públicas). Travestis, mulheres transgêneras e mulheres transexuais são identidades transvestigeneres que devem ser tratadas com igual respeito (sendo fixas em muitas existências perpetuadas ou devires em tantas outras) (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 9).

Parte interessante do manifesto-travesti que as autoras radicalmente nos provocam é a de pensar em um campo de intelectualidade que fale das múltiplas expressões da identidade feminina de gênero transvestigeneres. A reverberação das demandas oriundas desse campo de intelectualidade na concepção das autoras pode ser pensada no contexto do reconhecimento de algumas pautas, tais como: transancestralidade; representatividade; combate à transfobia e exclusão; nome social; aspectos do uso binário da linguagem; família trans; validação de guetos, AIDS, prostituição, trabalho como espaços que produzem transepistemologias.

Acontecimentos que se fizeram presentes na trajetória de luta de travestis-transexuais-transgêneros passam a ocupar a cena pública. Com essa afirmativa, não quero dizer que as políticas que gerenciam o fim dessas vidas para as mortes não acabaram. Longe disso! Mas, os assuntos pertencentes às pautas transvestigeneres têm o seu valor, porque representa a história de um grupo que, por muito tempo, ocupava o cenário científico em áreas que patologizavam suas experiências existenciais. As demandas apresentadas representam uma história de luta pelo poder de dizer sobre si em diferentes requisições para além do direito de existir diferente, alterando os jogos de poder existentes na criação de sentidos sobre as produções que esses corpos fazem no cenário social.

Muitos nomes despontaram em mídias sociais e no campo intelectual provocando os cânones científicos normatizados eurocêntricos e tumultuando os eventos de discussões que

abusam do poder de legislar sobre os seus corpos. Há muitos nomes transvestigeneres ocupando o espaço das universidades e endossando pautas nunca debatidas como assuntos referentes àqueles que foram apontados por York, Oliveira e Benevides (2020).

Outros dois estudos trazem um debate interessante que merecem destaque para o que venho tentando delinear sobre um campo intelectual de investigação, o de Jota Mombaça (2016) e o de Letícia do Nascimento (2021). Aos olhares de Mombaça (2016), posso dizer que a indisciplina é uma forma de conduzir o pensamento científico no interior dos substratos cânones. Chafurdar a poeira dos arquivos escondidos por aquilo que não se quer dizer ou ver é uma forma de criar uma submetodologia.

Mombaça (2016) utilizou o termo submetodologia indisciplinada para sentipensar teoria na relação que teve enquanto pesquisadora na área das Ciências Sociais, tentando não se contaminar com práticas de pesquisas que desqualificavam as suas sensações existenciais pelo contato com o que pretendia investigar. A autora utilizou das pegadas de uma passagem que fez por Natal/RN, onde conheceu a performance, denominada **Terço**, de Pêdra.

Mombaça (2016) qualificou no contexto de intelectualidade as interações realizadas em três anos com Pêdra virtualmente, dando significado para esses diálogos de compartilhamento de saberes, desvirtuando da doentia forma de posicionamento científico neutro e imparcial com as protagonistas de sua pesquisa. Mombaça (2016, p. 342) diz que: “Nessa trilha monstruosa a que fui impelida pela passagem de Pêdra, tive então de procurar constituir uma estratégia metodológica gerativa, processual, com o maior número possível de variáveis abertas.”

No que se refere às contribuições de Nascimento (2021), o transfeminismo realiza um movimento de deslocamento de sentidos sobre a concepção essencialista e biologicista que representa uma única forma de ser mulher. A proposta desse deslocamento é a de que as vivências e demandas de mulheres travestis, transexuais e transgêneros ocupem com visibilidade certas instituições sociais. Segundo a autora, os conceitos de gênero e de mulher estão em disputa histórica e, no fim, a disputa sempre atende a demandas de interesses moralistas.

Nascimento (2021) realça algo já trazido por York, Oliveira e Benevides (2020), refiro-me à necessidade de nomear como uma ação para evitar o apagamento existencial. Tal como o feminismo negro, Nascimento (2021) reforça que o transfeminismo realiza diálogos

com o feminismo, mas nunca a sua separação ou fragmentação. Contudo, as mulheres travestis, transexuais e transgêneros não são bem acolhidos no seio dos feminismos.

A pauta que Nascimento (2021) diz que tem sido mais problemática para o transfeminismo é dar nome ao transfeminicídio com legislações duras de punição além da mudança cultural da ideia de transexualidade como um problema de saúde. As pautas aqui trazidas por tantas interlocutoras travestis-transexuais-transgêneros não são novidades, elas são conhecidas e compõem o enredo das arenas das câmaras legislativas, do poder judiciário e dos executivos.

Trouxe várias demandas que eclodem nos movimentos sociais e nos estudos científicos realizados por autorias e intelectualidades travestis-transexuais-transgêneros que possuem articulação de suas subjetividades e/ou identidades sociais com a forma como realizam pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. No entanto, a busca pela definição de um campo de conhecimento específico precisa ser melhor delineado, considerando demandas que eclodem na historicidade e nas culturas que são inscritas pelas suas interlocutoras.

O meu objetivo com esse texto não foi o de manipular os sentidos e dizer que esse campo de investigação devia ou deve ser pensado assim. Mas de promover diálogo de um campo de intelectualidade que está em movimento contínuo e tem condições de se constituir como linha de pesquisa, grupos de estudos, núcleos de investigação no âmbito de universidades e diferentes grandes áreas dos saberes.

Propor que pensemos um campo de intelectualidade e produção de conhecimento travesti-transexual-transgênero ou transvestigenero é desafiador. Trata-se de um campo de investigação que engendra nos becos do cotidiano e experiências concretas de existências brasileiras para materializar a produtividade que esses corpos têm no cenário do pensamento científico. É interessante que para dar conta de criar esse campo epistemológico de construção do conhecimento nem sempre é necessário recorrer a fontes consagradas norte-americanas e/ou europeias de produção do conhecimento sobre gênero e sexualidades.

Temos um grupo seleta de professoras-pesquisadoras transvestigenero e travestis-transexuais-transgêneros em nosso país em países latino-americanos que conseguem movimentar o cenário científico com os debates que elas trazem, a saber: Beatriz Bagagli; Bruna Benevides; Megg de Oliveira; Luma de Andrade; Dayanna Santos; Viviane Vergueiro e etc. O campo de foco dessas pesquisadoras utiliza de perspectivas interseccionais, pesquisas

pós-críticas, estudos culturais e decoloniais que permitem com que articulem as suas experiências em diferentes lugares da educação básica e de outros cenários para se enxergarem pertencentes e possíveis de terem as suas subjetividades e identidades legitimadas nesses espaços.

Busco possibilidades de tecer discussões a respeito da construção de um campo de pesquisa e de intelectualidade transvestigenero ou travesti-transsexual-transgênero no Brasil e, de modo algum, tenho o objetivo de dizer que a minha leitura é acurada e finalíssima. Portanto, pretendo assim como fez Tertuliana Lustosa (2016) em **O manifesto Traveco-terrorista**, pensar em possibilidades de armar-se intelectualmente, mesmo que de forma clandestina, na construção de um local de pesquisa com configurações inerentes aos processos de identificação transvestigenero ou travesti-transsexual-transgênero.

Lustosa (2016, p. 394-395) diz que o uso triangular do termo: traveco-terrorista-etc., é um modo particular travesti da autora para reagir ao desterro, mostrando: “[...] posturas afirmativas em favor do estabelecimento de políticas brasileiras pensadas pela e para agências trans. Autópsias autoaplicadas sendo também uma forma de se pensar táticas de ocupação política dos campos normativos da sociedade”.

Como parte do manifesto, Lustosa (2016, p. 395) caracteriza 15 (quinze) bafos considerados como princípios-babados, sendo que quero dar dimensionamento nas linhas deste texto ao segundo bafo, aquele que dá tensão aos contatos possíveis com os eventos e sujeitas-vivas do cotidiano:

Enquanto o *queer* desfaz gênero na teoria, a travesti desfaz gênero na prática. O traveco-terrorismo é capaz de ir despedaçando, progressivamente, os estereótipos homem/mulher, homo/hétero, natural/artificial. Durante o evento “Desfazendo gênero”, em Salvador, após a fala da *yankee* Judith Butler, a puta e ativista transvestigenero Indianara Siqueira pronunciou-se da seguinte forma: “Butler, você desfaz gênero na teoria, eu desfaço gênero na prática”.

Quem pretende ler o meu texto, poderá dizer que o meu objetivo foi causar. Você não se engana, realmente foi isso. Não é sempre que se pode fazer isso em teoria como Indianara nos trouxe e, ainda, querer pagar de cientista. A referência que arriscadamente me proponho com este texto não é a de dizer que esse campo não existe de maneira muito desobediente, mas de abrir proposições e pressupostos para a sua delimitação a partir do que já tem sido produzido como situações-problema para as pesquisas brasileiras.

CONCLUSÃO

Ao debater sobre as configurações epistêmicas oriundas das unidades que formam o discurso, Foucault (1972) diz que acessaremos uma ordem do saber. Acredito que a desobediência epistêmica comparece como um exercício ético-político em pesquisa que pressiona as palavras que foram definidas no âmbito das configurações epistêmicas sobre as travestis-transsexuais-transgêneros em nosso país com imagens de controle que as levavam para o campo do não dizível/vivível.

Esse exercício de desobediência pode assegurar o deslocamento de sentidos investido nessas imagens de controle para acolher o ato criativo e inventivo de expressões das diferenças vividas pelas feminilidades travestis-transsexuais-transgêneros ou transvestigeneres como uma linha de estudo, campo intelectual e novas possibilidades para diferentes áreas dos saberes científicos.

Desobedecer requer radicalizar os sistemas dominantes que nomearam corpos travestis-transsexuais-transgêneros ou transvestigeneres. Afinal, o sentido pejorativo e marginalizado que esses corpos foram tendenciados não tiveram os seus protagonismos. Apesar de eleger a ideia de um campo intelectual de estudos transvestigeneres ou travesti-transsexual-transgênero visa produzir uma genealogia conduzida pelo histórico brasileiro de vivências de corporalidades e existências dessas pessoas a fim de mapear como tais legados podem contribuir para a constituição desse campo/linha/área de pesquisa.

É necessário reconhecer que corpos travestis-transsexuais-transgêneros ou transvestigeneres de décadas passadas e mais repressoras compuseram as cenas das cidades e cotidiano brasileiro, construindo e pavimentando as vias para que muitas conquistas pudessem ser alcançadas. É uma luta contínua em que se mudam os protagonistas e as pautas, dado que a ideia do desenvolvimento da sociedade é a de movimento e transformação das relações sociais. A eclosão de um campo de estudos travestis-transsexuais-transgêneros ou transvestigeneres vem de passos longos e será preciso reconhecer sem apagamentos existenciais de luta e, em luta, para evitar incorreções teóricas e epistemológicas.

A criação de um campo/linha/área dos saberes científicos consegue se efetivar quando a produção acadêmica universitária consegue lançar olhares de diferentes lugares de fala inseridos no contexto de uma coletividade, visando combater a supremacia cisheteronormativa ou cisheteroterrorista.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1972.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU/PUC-Rio, 1996

LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LUSTOSA, Tertuliana. Manifesto travestido-terrorista. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, set. 2016. p. 385-409. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25929/18560>> . Acesso em: 13 Jul. 2021.

MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: _____. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, set. 2016. p. 341-354. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>>. Acesso em: 18 Jun. 2021

NASCIMENTO, Letícia C. do. **Transfeminismo**. Jandaira: São Paulo, 2021.

SANTOS, Boaventura de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, Ago./Dez. 1989. p. 46-71. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/YgSSRgJjZgtbpBLWxr6xPHr/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 07 de Jul. 2021.

SANTOS, D. C. B. dos. **Docências trans***: entre a decência e a abjeção. 2017. 447f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

TORRES, Marco A.; MODESTO, Rubens G.; MENEZES, Thaynara M. da C. de. Por uma educação não transfóbica: reconhecimento e produção de verdades trans na educação. **Rev. Formação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 14, mai./ago. 2020. P. 121-134. Disponível em: <<https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/339>>. Acesso em: 12 Jul. 2021.

YORK, Sara W. P. G.; OLIVEIRA, Megg R. G. de; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, jan.dez. 2020. p. 1-12. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BKTKhX8JTwGjJbd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 Jul. 2021.